

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.629 - RJ (2019/0294250-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : ANDREIA TEIXEIRA MORET PACHECO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : EVERTON COSTA BARRETO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de EVERTON COSTA BARRETO no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Apelação n. 0004024-42.2012.8.19.0068 de relatoria do Desembargador Antônio José Ferreira Carvalho).

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 2 anos de reclusão, em regime inicialmente semiaberto, e ao pagamento de 5 dias-multa, pela prática do delito tipificado no art. 157, *caput*, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal. Ressalta que foi concedido ao sentenciado a suspensão condicional da pena por dois anos, nos termos do art. 77 do mesmo diploma legal (e-STJ fls. 19/22).

Interposta apelação pelas partes, os desembargadores da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça negaram provimento ao recurso defensivo e proveram a insurgência do Ministério Público estadual a fim de afastar a tentativa e cassar o *sursis* concedido, readequando a nova reprimenda definitiva para 4 anos de reclusão, no regime intermediário, e 10 dias-multa, mantidos os demais termos da sentença (e-STJ fls. 46/58). Recebeu o acórdão esta ementa (e-STJ fls. 47/48):

TENTATIVA DE ROUBO SIMPLES – EMPREITADA CRIMINOSA PRATICADA PELO AGENTE CRIMINOSO MEDIANTE GRAVE AMEAÇA EXERCIDA PELA SIMULAÇÃO DE ESTAR PORTANDO ARMA DE FOGO – PLEITO DEFENSIVO QUE BUSCA A DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA ORIGINÁRIA PARA O DELITO DE FURTO, BEM COMO O ABRANDAMENTO DO REGIME PRISIONAL PARA O ABERTO QUE SE REJEITA – IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL PRETENDENDO O AFASTAMENTO DA TENTATIVA E DO SURSIS – POSSIBILIDADE –AUTORIA, MATERIALIDADE E CULPABILIDADE COMPROVADAS À EXAUSTÃO – RECONHECIMENTO PESSOAL DO AGENTE

CRIMINOSO EM SEDE POLICIAL, CORROBORADO PELAS DEMAIS PROVAS PRODUZIDAS EM JUÍZO – NOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO A PALAVRA DA VÍTIMA ASSUME RELEVANTE VALOR POR NÃO LHE INTERESSAR ACUSAR QUEM EFETIVAMENTE NÃO SEJA O AUTOR DO INJUSTO PENAL – NEGATIVA DO 2º APELANTE DIVORCIADA DO CONJUNTO PROBATÓRIO – DEMONSTRAÇÃO DA GRAVE AMEAÇA À VÍTIMA EXERCIDA PELA SIMULAÇÃO DE ESTAR PORTANDO ARMA DE FOGO – CONSUMAÇÃO DO ROUBO QUE SE RECONHECE – SE, APÓS ARREBATAR DA VÍTIMA A REI FURTIVAE É O ROUBADOR PRESO, HÁ DE SE RECONHECER QUE O DELITO SE CONSUMOU, VISTO TER HAVIDO A INVERSÃO DA POSSE, POIS, MESMO QUE BREVEMENTE, A COISA SUBTRAÍDA SAIU DA ESFERA DE VIGILÂNCIA DA VÍTIMA – ENTENDIMENTO ATUAL DO PRETÓRIO EXCELSO – DOSIMETRIA DA PENA QUE MERECE REPARO – – AUSÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS QUE JUSTIFICOU A FIXAÇÃO DA PENA-BASE NO SEU PATAMAR MÍNIMO – REGIME SEMIABERTO QUE MELHOR SE ADEQUA À HIPÓTESE EM TESTILHA – AFASTAMENTO DO BENEFÍCIO DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA DIANTE DA NOVA REPRIMENDA – DESPROVIMENTO DO APELO DEFENSIVO – PROVIMENTO DO RECURSO MINISTERIAL PARA, AFASTANDO A TENTATIVA E CASSANDO O SURSIS, PERFAZER A NOVA REPRIMENDA EM 04 ANOS DE RECLUSÃO, EM REGIME SEMIABERTO, E 10 DIAS-MULTA, MANTIDA, NO MAIS, A SENTENÇA RECORRIDA. EXPEÇA-SE MANDADO DE PRISÃO COM DATA LIMITE PARA O SEU CUMPRIMENTO ATÉ 2027.

Neste *writ*, a Defensoria Pública aponta constrangimento ilegal decorrente da imposição do regime mais gravoso para início de cumprimento da reprimenda imposta ao acusado.

Sustenta ausência de fundamentação idônea para a manutenção do regime intermediário, já que foi considerada, no caso, apenas a gravidade abstrata do delito, além de elementos genéricos e inerentes ao próprio tipo penal.

Assere que a pena-base foi fixada no patamar mínimo, por serem favoráveis ao paciente todas as circunstâncias judiciais e, na espécie, não foi observado o disposto no art. 33, § 2º, "c", do Código Penal. Invoca, assim, as Súmulas n. 718 e 719 do Supremo Tribunal Federal e 440 desta Corte.

Dessa forma, requer, liminarmente e no mérito, o abrandamento do regime prisional para o aberto (e-STJ fls. 3/11).

Superior Tribunal de Justiça

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal, notadamente porque o Tribunal local assim se manifestou (e-STJ fls. 57/58):

Vê-se que o regime prisional semiaberto fixado na sentença monocrática se mostra escorreito e não merece qualquer reparo, tendo em vista que o injusto penal foi praticado pelo réu mediante a simulação de estar portando uma arma de fogo na cintura e que iria atirar na vítima, tendo ainda o agente criminoso empurrado a mesma, circunstâncias estas que demandam uma maior reprimenda, sendo mais adequada a fixação do regime semiaberto para início de cumprimento de pena.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

